



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ANEXO V

MINUTA - CONTRATO TRE-RO N. ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0002564-16.2025.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. ____/2026 (SEM SRP) – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO) - LEI N. 14.133/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA _____, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA OPERADORA DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA MODALIDADE COLETIVO EMPRESARIAL, COM ABRANGÊNCIA NACIONAL, PARA OS BENEFICIÁRIOS DO TRE-RO, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.656/1998 E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2026 E SEUS ANEXOS.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador RADUAN MIGUEL FILHO, brasileiro, residente e domiciliado na Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

CONTRATADA: A Empresa _____, CNPJ _____, com sede na Rua/Avenida _____, n. ____, bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado de _____, Telefone(s): () _____ / () _____, E-mail(s): _____ / _____, neste ato representada por _____, brasileiro(a), conforme identificação feita por meio dos documentos apresentados pela Contratada ao TRE-RO (cujos dados pessoais foram suprimidos em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), 12.846/2013 (Anticorrupção), 9.507/2018 (Execução indireta de serviços); Instruções Normativa SLTI/MPOG 01/2010 (critérios de sustentabilidade em suas contratações) e 05/2017 (Execução indireta de serviços); Resolução CNJ 347/2020 e 400/2021 (critérios de sustentabilidade em suas contratações); Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral); Resoluções TRE-RO 31/2023 (Política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação) e 15/2019 (Código de Ética do TRE-RO); Instruções Normativas TRE-RO 3/2024 (Política de Integridade e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO), e 4/2023 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às licitações); Edital de Pregão Eletrônico respectivo, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil); assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento. Também se aplicam a esta contratação as seguintes legislações: Lei 9.656/1998; Resoluções Normativa ANS ns. 63/2003, 424/2017 e 428/2017; Resoluções da Diretoria Colegiada RDC ANVISA ns. 15/2012 e 222/2018; Resolução CONAMA n. 358/2005.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 90 da Lei 14.133/2021, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DESPACHO Nº ____/2026 - PRES/DG/GABDG, de ____/2026 (evento ____).

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: DESPACHO Nº ____/2026 - PRES/DG/GABDG, de ____/2026 (evento ____).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE LAVRATURA DO CONTRATO: DESPACHO Nº ____/2026 - PRES/DG/GABDG, de //2026 (evento ____).

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

(Artigo 92, I e II, da Lei 14.133/2021)

1.1. Este Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica operadora de Plano de Assistência à Saúde para os beneficiários definidos neste instrumento, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem coparticipação ou franquia, com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária, em acomodação do tipo apartamento individual com banheiro privativo, com abrangência em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial, cirúrgico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

Item/grupo	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Faixa etária	Quantidade de usuários (estimada)	Valor unitário (mensal)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 85.518,40
				19-23	38	R\$ 22.665,48
				24-28	19	R\$ 12.467,80
				29-33	28	R\$ 20.804,56
				34-38	55	R\$ 46.796,20
				39-43	70	R\$ 70.989,10
				44-48	68	R\$ 85.549,44
				49-53	36	R\$ 52.609,32
				54-58	42	R\$ 69.428,94
				59 ou mais	118	R\$ 243.504,80
				Total	650	R\$ 710.334,04

1.2.1. Na quantidade estimada de 650 (seiscentos e cinquenta) usuários contam-se os titulares, os dependentes ordinários e os especiais existentes no ato da elaboração do Termo de Referência correspondente e anexos, entretanto, estima-se um aumento de usuários para aproximadamente 700 (setecentas) vidas, em virtude do ingresso de novos servidores decorrentes do concurso em andamento.

1.2.2. Exclui-se do objeto desta contratação a assistência na modalidade odontológica.

1.2.3. Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos no Termo de Referência e anexos, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço per capita por faixa etária mensal por usuário.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência (TR) – Serviços sem DEMO n. 3/2026 (evento [1513722](#)) e seus anexos;

- 1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico TRE-RO nº ____/2026 e seus anexos;
- 1.3.3. A proposta da CONTRATADA (evento ____), datada de __/__/2026;
- 1.3.4. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 28/2026 (evento [1482226](#));
- 1.3.5. A Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC (evento [1485410](#));
- 1.3.6. O Mapa de Gestão de Riscos - MGR (evento [1482197](#));
- 1.3.7. O Anexo I – Modelo para Preenchimento de Proposta (evento [1508765](#)).

1.4. DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:

1.4.1. Os serviços de plano de saúde almejados pelo TRE-RO incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada pelo TRE-RO, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental.

1.4.2. Tais serviços deverão ser prestados em abrangência nacional, através de assistência médica e hospitalar (internações clínica e/ou cirúrgica), com cobertura obstétrica e ambulatorial nas especialidades e áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

1.4.3. Os beneficiários terão direito a serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos constantes do rol de procedimentos ANS, plano ambulatorial e hospitalar com cobertura obstétrica, considerando-se que as cirurgias, inclusive para correção da visão, e as internações psiquiátricas e para recuperação de dependência, atenderão as características e limites estabelecidos pelo Rol de Procedimentos e Eventos da ANS.

1.4.3.1. Cobertura de atendimento psiquiátrico, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Nível Ambulatorial: i. o atendimento às emergências psiquiátricas, assim consideradas as situações que impliquem em risco de vida ou de danos físicos para o próprio ou para terceiros (incluindo as ameaças e tentativas de suicídio e autoagressão) e/ou em risco de danos morais e patrimoniais importantes; ii. a psicoterapia de crise, entendida como o atendimento intensivo prestado por um ou mais profissionais da área da saúde mental; iii. sessões de psicoterapia, conforme normas definidas pela ANS.

II - Nível Hospitalar: Fica garantido o custeio integral de 30 (trinta) dias de internação psiquiátrica no período de um ano, contados a partir do primeiro dia de internamento, cabendo ao Contratante/Beneficiário o pagamento de coparticipação de 50% (cinquenta por cento) sobre o total da despesa a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de internação, observados os valores praticados pela CONTRATADA.

1.4.4. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa n. 428/2017-ANS, além das obrigações contidas no Termo de Referência e anexos, neste contrato e na legislação vigente.

1.5. DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.5.1. A CONTRATADA deverá oferecer, observados os limites impostos pelo rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS:

I - A prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em nível nacional, de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro) horas/dia, em todos os dias da semana, nas unidades credenciadas, conveniadas, cooperadas, ou vinculadas sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar à licitante vencedora em todo o território nacional, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de caução ou garantia para atendimento ao usuário, mesmo em finais de semana e feriados;

II - Cobertura de todos os serviços de apoio diagnóstico e tratamentos constantes do rol de procedimentos citados nesse instrumento, sem a exigência de pré-autorizações para os procedimentos de urgência/emergência, bem como consultas médicas;

III - Cobertura de internações hospitalares em quarto individual com banheiro privativo e com direito a um acompanhante, com fornecimento de alimentação pela unidade hospitalar, sendo vedada a limitação de prazo, valor



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive quanto a procedimentos obstétricos;

IV - A abrangência da cobertura de despesas de acompanhamento refere-se à alimentação e acomodação ao acompanhante nas seguintes hipóteses, salvo contraindicação justificada por escrito pelo profissional assistente: I - crianças e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos; II - pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais; III - pessoas com deficiência; e IV - mulheres internadas no período pré-parto, parto e pós-parto imediato, entendido como o período que abrange dez dias após o parto, salvo intercorrências, a critério médico.

V - Cobertura de internações hospitalares em centros de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;

VI - O atendimento fora do Estado de Rondônia far-se-á através de todos os profissionais e estabelecimentos próprios ou conveniados com a entidade que vier a ser contratada ou suas congêneres, se for o caso, não podendo haver qualquer discriminação entre beneficiários;

VII - Cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação, inclusive enteral ou parenteral, nos casos de internação hospitalar;

VIII - Cobertura de todos os exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, com fornecimento de medicamentos, próteses e órteses, contrastes anestésicos, oxigênio, transfusão, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

IX - Cobertura de todas e quaisquer taxas, seja de sala de cirurgia, materiais utilizados na execução do procedimento médico, bem como a remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar em território nacional, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, com remoção através de transportes aeromédico e terrestre de pacientes, em aeronaves e ambulâncias equipadas com UTI, e com equipe médica e de enfermagem, quando solicitado pelo médico assistente;

X - Nos procedimentos obstétricos, deverá ser estendida a cobertura assistencial ao recém-nato, filho natural ou adotivo do usuário do plano ou seguro, como dependente, isento do cumprimento de períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o nascimento ou adoção; e

XI - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela operadora contratada, de acordo com a relação de preços de serviços médicos hospitalares praticados pelo plano contratado, e também em casos de entraves à utilização dos serviços ocasionados pela burocracia da operadora contratada, que ultrapasse os prazos máximos de atendimento estipulados pela ANS, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada.

1.5.2. Na realização do atendimento deverá ser observado:

I - A CONTRATADA, para fins de atendimento, preferencialmente emitirá credencial, como carteira ou cartão magnético, para fins de identificação dos beneficiários, contendo as informações necessárias para facilitar o atendimento;

II - Os serviços, objeto do contrato, serão prestados unicamente aos beneficiários inscritos, desde que portadores da credencial de identificação, dispensado o comprovante de pagamento;

III - Para utilização dos serviços objeto do presente contrato os beneficiários deverão se dirigir aos consultórios particulares dos médicos, laboratórios, estabelecimentos hospitalares, serviços radiológicos ou clínicas de sua escolha, dentre a rede credenciada, munidos da referida credencial emitida pela CONTRATADA, e de documento de identidade oficial;

IV - A indevida utilização dos serviços será de responsabilidade objetiva do CONTRATANTE, ainda que o ato tenha sido praticado sem o seu conhecimento, ficando estabelecido que os comprovantes das despesas decorrentes deste fato constituem dívida líquida, certa e exigível. Reduz a responsabilidade, nessa situação, a culpa concorrente e exclui a culpa exclusiva da CONTRATADA; e

V - As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional ou por outros médicos não conveniados, e serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa CONTRATADA pela respectiva guia padrão.

1.5.3. Todos os procedimentos novos que venham a ser incluídos no rol de procedimentos da ANS durante a vigência contratual deverão ser abrangidos pela cobertura da CONTRATADA, de acordo com o § 13 da Lei nº 9.656/1998.

1.5.3.1. No caso de tratamento ou procedimento prescrito por médico ou odontólogo assistente que não estejam previstos no rol de procedimentos da ANS, a cobertura deverá ser autorizada pela operadora, desde que: I - exista comprovação da eficácia, à luz das ciências da saúde, baseada em evidências científicas e plano terapêutico; ou II - existam recomendações pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), ou exista recomendação de, no mínimo, 1 (um) órgão de avaliação de tecnologias em saúde que tenha renome internacional, desde que sejam aprovadas também para seus nacionais.

1.5.3.2. Excluem-se ainda da cobertura do contrato: I - Serviços prestados por médico ou estabelecimento não credenciado pela CONTRATADA, exceto nos casos previstos no Termo de Referência e anexos; II - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim; III - Inseminação artificial; IV - Cirurgias para promoção ou correção de esterilidade, excetuados os casos previstos neste Instrumento; V - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, clínica de repouso, estâncias hidrominerais, clínica para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar; VI - Aviação de óculos e lentes; VII - Cirurgias para mudança de sexo, tratamentos ilícitos ou antiestéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes; VIII - Remoção após alta hospitalar ou por simples vontade do beneficiário, sem imperativo de ordem médica; IX - Enfermagem em caráter particular na residência ou em hospital; X - Permanência hospitalar após a alta médica; XI - Atendimento nos casos de cataclismos, guerras, acidentes causados por radiações, emanções nucleares ou ionizantes e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente; XII - Transplantes, exceto córnea, medula óssea e rim ou outro que seja disciplinado pela ANS; XIII - Procedimentos odontológicos e quaisquer outros decorrentes, exceto cirurgias bucomaxilofaciais, que necessitem de ambiente hospitalar; e XIV - Aluguel de equipamentos hospitalares ou similares e despesas extraordinárias do beneficiário, não relacionadas com o tratamento, e/ou de acompanhante, em casos de internação hospitalar.

1.5.4. A CONTRATADA não deverá estabelecer limitações ao pagamento de novos e revolucionários tratamentos de saúde, reconhecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, devendo, para fins de reembolso, basear-se em tabelas de preços devidamente atualizadas.

1.5.5. Desde que atendidas as regras gerais sobre portabilidade de carências disciplinadas pela Resolução Normativa ANS nº 438/2018, a CONTRATADA garantirá ao beneficiário que perder a qualidade de dependente do referido contrato a possibilidade de adesão a um plano na modalidade individual/familiar, caso disponível no momento da sua migração, com compatibilidade de cobertura do plano de origem, com o aproveitamento de carências já cumpridas, desde que assuma integralmente o valor praticado para a comercialização do produto ao qual faça a nova adesão.

1.5.6. Os serviços que dependem de autorização prévia, fora do domicílio, serão autorizados no prazo máximo estipulado pela ANS, pela operadora do plano de saúde, mediante apresentação da carteira de beneficiário e solicitação do médico assistente.

1.5.7. A operadora deverá providenciar a remoção aeromédica, quando caracterizada sua necessidade por meio de laudo circunstanciado emitido pelo médico assistente, após apresentação da documentação necessária, observadas as condições clínicas do paciente, a disponibilidade de vaga hospitalar na unidade de destino, bem como as condições logísticas e meteorológicas e as autorizações pertinentes ao tráfego aéreo, respeitado o tempo razoável necessário para garantir a segurança e eficácia do procedimento.

1.6. Serão necessários, ainda, a observância dos seguintes procedimentos para a correta execução do contrato:

1.6.1. Em caso de indisponibilidade de profissionais credenciados na especialidade requerida pelo beneficiário na sua localidade, a CONTRATADA poderá facultar ao beneficiário o atendimento na modalidade teleconsulta;

1.6.2. Em caso de recusa do beneficiário ao atendimento na modalidade teleconsulta, a CONTRATADA deverá providenciar o atendimento presencial ao beneficiário na localidade solicitada.

1.7. Mediante assinatura deste contrato, a CONTRATADA mantém as declarações feitas na licitação, bem como: declara que foram atendidas as providências preliminares e as exigências pré-contratuais determinadas para esta contratação; se compromete a atender durante esta contratação todas as regras estabelecidas, incluindo os critérios e as práticas de sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e de acessibilidade; além de que se compromete a observar, cumprir e manter atendidos os requisitos da contratação, assim como as condições de habilitação e de qualificação exigidas no Termo de Referência respectivo e em seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(Artigos 105, 106 e 107, da Lei 14.133/2021)

2.1. O termo inicial de 01/09/2026 poderá ser alterado para data posterior, caso não ultimados os procedimentos do certame para esta contratação.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

2.1.1. O termo inicial da vigência poderá ser alterado para data posterior, caso não ultimados os procedimentos do certame para esta contratação, prevalecendo o que ocorrer primeiro: a conclusão dos procedimentos licitatórios e formalização da contratação ou a data de 01/09/2026.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Ser juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haver manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Ser comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;

2.2.6. Não haver registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. O prazo de execução da presente contratação coincidirá com o prazo de vigência deste contrato.

2.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, podendo serem anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(Artigo 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, com pagamento mensal por preço per capita por faixa etária, realizada via licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global.

3.3. No Mapa de Gestão de Riscos (MGR) para a presente contratação (evento 1482197), a fase de planejamento buscou levantar, para cada risco identificado, a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

3.4. A CONTRATADA deverá remeter relatórios das despesas e as Faturas Eletrônicas referentes aos beneficiários titulares, dependentes e especiais no primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência que está sendo cobrada, observando-se:

3.4.1. O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o aceite, em até 2 (dois) dias úteis, após a conferência do relatório e da Fatura Eletrônica;

3.4.2. Em caso de erros na fatura, a CONTRATADA será comunicada, devendo proceder os ajustes em até 1 (um) dia útil;

3.4.3. A CONTRATADA emitirá e entregará os Documentos Fiscais em nome do CONTRATANTE, no prazo de 01 (um) dia útil após o aceite;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

3.4.4. Caso haja necessidade, o CONTRATANTE poderá solicitar antecipação do envio dos arquivos de faturamento;

3.4.5. O relatório eletrônico apresentará os valores relativos à movimentação do mês de competência da prestação dos serviços objeto do faturamento, compreendendo as despesas do valor da mensalidade per capita, inclusive com as datas de inclusões e exclusões, dos Beneficiários Titulares e Dependentes, que será analisado pelo CONTRATANTE para apuração da conformidade.

CLÁUSULA QUARTA — DA SUBCONTRATAÇÃO

(Artigo 122, da Lei 14.133/2021)

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, no todo ou em parte.

4.2. Os procedimentos de transição e finalização do contrato observarão as etapas definidas no Termo de Referência nº 3/2026 (evento 1513722, item 5.12), incluindo:

- I. Manutenção da assistência até o termo final;
- II. Conclusão de atendimentos em andamento;
- III. Disponibilização de informações assistenciais;
- IV. Transferência de informações para nova operadora;
- V. Manutenção do sigilo (LGPD); e
- VI. Acompanhamento pela fiscalização, com relatórios em até 10 dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA — DO PREÇO

(Artigo 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

5.1. O valor total estimado desta contratação é de R\$ 42.620.042,40 (quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos), para o período de 05 (cinco) anos de vigência contratual, conforme proposta da CONTRATADA (evento ____), sendo:

Item	Especificação	CATSE R	Unidade	Faixa Etária	Qtd .	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Total (60 meses)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 485,90	R\$ 85.518,40	R\$ 1.026.220,80	R\$ 5.131.104,00
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	19-23	38	R\$ 596,46	R\$ 22.665,48	R\$ 271.985,76	R\$ 1.359.928,80
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	24-28	19	R\$ 656,20	R\$ 12.467,80	R\$ 149.613,60	R\$ 748.068,00

1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	29-33	28	R\$ 743,02	R\$ 20.804,56	R\$ 249.654,72	R\$ 1.248.273,60
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	34-38	55	R\$ 850,84	R\$ 46.796,20	R\$ 561.554,40	R\$ 2.807.772,00
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	39-43	70	R\$ 1.014,13	R\$ 70.989,10	R\$ 851.869,20	R\$ 4.259.346,00
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	44-48	68	R\$ 1.258,08	R\$ 85.549,44	R\$ 1.026.593,28	R\$ 5.132.966,40
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	49-53	36	R\$ 1.461,37	R\$ 52.609,32	R\$ 631.311,84	R\$ 3.156.559,20
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	54-58	42	R\$ 1.653,07	R\$ 69.428,94	R\$ 833.147,28	R\$ 4.165.736,40
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	59 ou mais	118	R\$ 2.063,60	R\$ 243.504,80	R\$ 2.922.057,60	R\$ 14.610.288,00
				TOTAL	650		R\$ 710.334,04	R\$ 8.524.008,48	R\$ 42.620.042,40

5.1.1. Os valores unitários mensais por faixa etária não poderão ultrapassar os limites máximos estabelecidos no item 1.2 do Termo de Referência nº 3/2026 (evento [1513722](#)), observando-se, ainda, os critérios da Resolução Normativa ANS nº 563, de 15 de dezembro de 2022, conforme especificado no Anexo I – Modelo para Preenchimento de Proposta (evento [1508765](#)).

5.2. O valor total e os demais valores deste Contrato, assim como o quantitativo de usuários indicados, são estimativos, não obrigando o TRE-RO a contratar e a pagar os totais indicados nesta Cláusula, vez que a presente contratação será executada de acordo com a necessidade da Administração contratante.

5.3. O valor deste contrato é calculado per capita por faixa etária.

5.4. No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, taxas, contribuições, seguro de acidentes, fretes, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais e comerciais, e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo que o CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

CLÁUSULA SEXTA — DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(Artigo 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

6.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO: A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item:

6.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA: a) não produziu os resultados acordados; b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: a) resposta às autorizações dentro dos prazos estabelecidos; b) inclusões e exclusões realizadas dentro dos prazos estabelecidos; c) qualidade na prestação do serviço; e d) atendimentos realizados sem intercorrências.

6.2. Do recebimento: Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, na forma do Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021, e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022, sendo que: a) o prazo será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga; b) o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico; c) o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo; e d) o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.2.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e anexos, e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3. Liquidação: Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, observando-se:

6.3.1. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA mediante consulta ao SICAF, quanto a: Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

6.3.2. Na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a CONTRATADA deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, ficando o pagamento sobrestado enquanto correr o prazo;

6.3.3. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

6.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

6.4. Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

6.4.1. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (6/100) \div 365 = 0,00016438$.

6.4.2. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

6.5. Forma de pagamento:

O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizados pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, observando-se:

6.5.1. Para pagamento via OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória;

6.5.2. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;

6.5.3. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à CONTRATADA em virtude de penalidades ou inadimplências;

6.5.4. Não está prevista para esta contratação a antecipação de pagamento (parcial/total), nem a cessão de crédito.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTE

(Artigos 25, §§ 7º e 8º, 92, V, §§ 3º e 4º, e 135, todos da Lei 14.133/2021)

7.1. Do reajuste contratual ordinário: Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base do orçamento estimado na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC (evento 1485410), em conformidade com o § 7º do artigo 25 da Lei 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, inclusive em casos de prorrogações contratuais, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

7.7. Do reajuste contratual por sinistralidade: De acordo com o artigo 27, II, da Resolução Normativa ANS nº 565, de 16 de dezembro de 2022, poderá ser aplicado, de forma complementar ao reajuste ordinário anual, o reajuste por sinistralidade, observadas as seguintes regras:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7.7.1. Define-se sinistralidade como a relação entre a receita da operadora e os gastos com despesas assistenciais (Acórdão TCU nº 679/2018 - Plenário);

7.7.2. A meta de sinistralidade definida para o contrato é de 75%;

7.7.3. O reajuste por sinistralidade poderá ser deferido, desde que requerido pela CONTRATADA, na hipótese de a sinistralidade calculada no período de 12 meses, contado a partir do mês de assinatura do contrato ou do início da execução dos serviços, for comprovadamente superior ao percentual de 75%;

7.7.4. O percentual de reajuste será calculado pela média da sinistralidade mensal a cada 12 (doze) meses consecutivos, devidamente documentado e comprovado pela CONTRATADA, mediante apresentação de extrato detalhado que demonstre efetivamente o aumento proporcional das despesas em relação às receitas;

7.7.5. A sinistralidade será apurada conforme a seguinte fórmula: $S = DA - RCRC = RDA - RC$

onde:

SS = Sinistralidade;

DADA = Despesas Assistenciais;

RCRC = Recuperação de Coparticipação;

RR = Receitas;

7.7.6. O índice de reajuste por sinistralidade será apurado conforme a seguinte fórmula: $r = SSmr = Sm$

S

onde:

rr = Índice de reajuste;

SS = Sinistralidade do período (12 meses);

SmSm = Meta de sinistralidade (75%).

7.8. Independentemente das formas de atualização previstas nesta Cláusula, é garantida a reclassificação automática dos valores por mudança de faixa etária, em estrita observância aos limites e demais regras definidas pela Resolução Normativa ANS nº 563, de 2022, ou outra norma da ANS que vier a alterá-la ou sucedê-la.

CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

8.1. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

8.1.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;

8.1.2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;

8.1.3. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificá-la para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

8.1.4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos, assim como neste contrato;

8.1.5. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário, para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

8.1.6. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

8.1.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8.1.8. Notificar a CONTRATADA para que, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumpra obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados, bem como convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.1.9. Rejeitar, por meio do fiscal do contrato, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações estabelecidas neste contrato, fixando prazo para a correta execução do objeto;

8.1.10. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, de regulamentos, das demais normas aplicáveis ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública, cumprindo as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual;

8.1.11. Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;

8.1.12. Requerer formalmente a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;

8.1.13. Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde em formulário próprio, entregue até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à CONTRATADA, sendo que:

8.1.13.1. Os beneficiários inscritos têm direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, excetuando-se os casos de recém-nascidos, filhos naturais de beneficiárias, que terão cobertura imediata, assegurada por 30 (trinta) dias após o parto.

8.1.14. Comunicar à CONTRATADA a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, sendo que:

8.1.14.1. Os beneficiários excluídos têm direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente.

8.1.15. Informar imediatamente à CONTRATADA a perda, o roubo ou o dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

8.1.16. Realizar o pagamento pela prestação dos serviços, na forma estabelecida no Termo de Referência e seus anexos e neste contrato;

8.1.17. Determinar o refazimento dos serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.1.18. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.19. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

8.1.20. Sustar a execução de quaisquer serviços por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

8.1.21. Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando que, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do artigo 123 da Lei 14.133/2021;

8.1.22. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado; b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA; c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA; d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos; e) demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA; e

8.1.23. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

(Artigo 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

9.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

9.1.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no Termo de Referência e anexos, no edital e neste instrumento de contrato;

9.1.2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

9.1.3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;

9.1.4. Responder a solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

9.1.5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceita, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

9.1.6. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.7. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

9.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRE-RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.9. Cumprir as demais disposições contratuais e legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato;

9.1.10. Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário-titular ou de beneficiário-dependente, na forma prevista neste instrumento;

9.1.11. Entregar cartão físico ou conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do CONTRATANTE, e conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo imediatamente após finalizada a inclusão do beneficiário;

9.1.12. O cartão físico dos beneficiários poderá ser substituído pelo envio ao CONTRATANTE, em idêntico prazo, dos dados digitais individuais de cada beneficiário para impressão física e fornecimento às pessoas que manifestarem interesse;

9.1.13. Fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relação dos médicos e estabelecimentos próprios e integrantes da rede credenciada da CONTRATADA e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;

9.1.14. Autorizar a realização de exames, observados os prazos máximos previstos nas normas da ANS;

9.1.15. Emitir guia de internação nos termos estabelecidos no Termo de Referência e anexos e neste contrato, sendo que o procedimento para a realização de internações hospitalares observará as regras expostas no TR e neste instrumento;

9.1.16. Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual;

9.1.17. Quando o prazo de resposta não estiver definido por lei, pelas normas regulamentares aplicáveis aos serviços objeto do contrato, ou previsto de forma expressa no próprio contrato, responder, no prazo razoável definido pela equipe de fiscalização ou pela equipe de gestão do contrato, às demandas do CONTRATANTE formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente do meio de comunicação;

9.1.18. Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

9.1.19. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;

9.1.20. Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação ou omissão, ou por integrantes de sua rede credenciada, ao CONTRATANTE, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Termo de Referência e anexos, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou ao acompanhamento da execução dos referidos serviços;

9.1.21. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do Termo de Referência e anexos, e comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os repasses e pagamentos aos hospitais e à rede credenciada;

9.1.22. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

9.1.23. Não contratar para a execução dos serviços e não admitir em seu quadro societário empregados e pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão desta contratação, inclusive de qualquer ocupante de cargos de assessoramento, de membros ou juízes, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021, do artigo 7º do Decreto 7.203/2010 e do artigo 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

9.1.24. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenham em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;

9.1.25. Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022, ou inexistência de atendimento no município demandado, assegurar ao beneficiário o reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual, nos termos da referida Resolução Normativa, havendo necessidade de consulta prévia à operadora do plano de saúde;

9.1.26. Na hipótese de urgência ou emergência em município sem rede assistencial, assegurar ao beneficiário o reembolso integral das despesas realizadas, sem necessidade de autorização prévia, respeitando as Resoluções CONSU ns. 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;

9.1.27. Efetuar o reembolso no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à CONTRATADA;

9.1.28. Prestar remoção aérea e/ou terrestre inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do CONTRATANTE, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do serviço aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e os critérios técnicos aeromédicos vigentes, devendo o atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico que se fizerem necessárias dentro do território nacional;

9.1.29. Atender as solicitações de exames e/ou pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à rede credenciada, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à auditoria médica da CONTRATADA, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela CONTRATADA (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos ser apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da rede credenciada para obtenção de atendimento, podendo tais solicitações ser submetidas à junta médica da CONTRATADA;

9.1.30. Observar todas as especificações contidas no objeto desta licitação, que se completam com o conteúdo deste instrumento e que contêm informações, instruções e orientações, sendo tudo isso parte integrante do edital;

9.1.31. Responsabilizar-se por todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, taxas, contribuições, seguro de acidentes, fretes, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais e comerciais, e quaisquer outras que forem decorrentes das suas atividades e dos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

9.1.32. Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no contrato;

9.1.33. Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes no prazo estabelecido na notificação, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

9.1.34. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venha a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

9.1.35. Comunicar, por escrito, qualquer alteração societária da empresa;

9.1.36. Manter, durante toda a vigência contratual, conta corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos serviços prestados;

9.1.37. Enviar ao CONTRATANTE a nota fiscal e os anexos exigidos para fins de pagamento dos serviços prestados, dentro do período estabelecido;

9.1.38. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante os órgãos indicados;

9.1.39. Manter, durante a vigência desta contratação, as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação, bem como manter devidamente válidas e atualizadas as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet, enviando-as ao CONTRATANTE juntamente com a nota fiscal/fatura e apresentando-as sempre que solicitado:

a) Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (TST);

e) Certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e

f) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, quando exigível e conforme o caso.

9.1.40. Em caso de prorrogação contratual, a CONTRATADA deverá: possuir a regularidade fiscal acima indicada; não estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN); não possuir certidões positivas de inidoneidade e de impedimento de ser contratada; bem como de irregularidade junto ao TCU, devendo tudo isso ser verificado pela Administração contratante;

9.1.41. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não empregar menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

9.1.42. Observar e cumprir a Resolução TRE-RO n. 31, de 25 de agosto de 2023, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, comprometendo-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, caso haja ocorrências;

9.1.43. Observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 3/2024 - PRES/GABPRES, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Política de Integridade nas Contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão de Contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial as determinações constantes no artigo 8º, a seguir transcritas:

I - que a CONTRATADA se abstenha de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como se comprometa a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética do TRE-RO (Resolução TRE-RO 15/2019);

II - que a CONTRATADA e subcontratada, se houver, dê conhecimento aos respectivos empregados que participarão da execução contratual da Política do Sistema de Integridade e Compliance da Justiça Eleitoral em Rondônia, do Código de Ética dos Servidores do TRE-RO, da Política de Integridade nas Contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO e das demais normas editadas por este Tribunal sobre o tema, para a sua estrita observância;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

III - a faculdade de a gestora ou o gestor do contrato solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à Integridade;

IV - que a CONTRATADA tem plena ciência de que o descumprimento de regras licitatórias ou obrigações contratuais serão objeto de apuração de responsabilidade e de aplicação de penalidades por meio de Processo Administrativo Sancionatório ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;

V - que a rescisão/extinção contratual ou a denúncia, no caso de a CONTRATADA praticar atos lesivos ao Tribunal, será precedida do devido Processo Administrativo Sancionatório previsto na Lei n. 14.133/2021 ou Processo Administrativo de Responsabilização regulado pela Lei n. 12.846/2013 (anticorrupção);

VI - a proteção da propriedade intelectual, nos casos de desenvolvimento de projetos, produtos, sistemas, entre outros;

VII - a proteção das informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposições em regulamento próprio; e

VIII - que a forma de comunicação entre os gestores e fiscais de contratos do Tribunal e o preposto ou representante legal da CONTRATADA deverá ser por escrito, com registro nos respectivos autos de gestão ou fiscalização.

9.1.44. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da Lei 14.133/2021;

9.1.45. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.1.46. Observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 13/2023 - PRES/GABPRES, a qual institui e estabelece normas complementares, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para implementação do Programa "Transformação", advindo da Resolução CNJ nº 497/2023, que estabelece critérios para reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados com no mínimo 25 (vinte e cinco) colaboradores, para as pessoas em condição de vulnerabilidade;

9.1.47. Cumprir os requisitos de sustentabilidade ambientais, econômicos e sociais indicados no Estudo Técnico Preliminar - ETP e no Termo de Referência nº 3/2026, baseados nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a saber:

a) utilizar prioritariamente meios digitais para envio de formulários, relatórios, faturas e documentos (redução de papel), com comprovação mensal via relatório eletrônico (NR 32/ABNT e IN SLTI/MPOG 01/2010);

b) garantir atendimento humanizado e sem discriminação aos beneficiários, com registro de reclamações e resolução em até 5 (cinco) dias úteis (Res. TRE-RO 31/2023);

c) fornecer, sob solicitação da fiscalização, relatórios trimestrais de conformidade com normas sanitárias da rede credenciada (RDC ANVISA 15/2012 e 222/2018; Res. CONAMA 358/2005), sendo vedada a exigência de fiscalização direta pelo TRE-RO sobre resíduos e processamento (competência ANVISA).

9.1.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal/distrital, as normas de segurança do CONTRATANTE, quando cabível; e

9.1.49. Observar integralmente o Termo de Referência nº 3/2026 (evento 1513722), especialmente procedimentos de reembolso (item 5.13.3), teleconsulta (5.13.1-2), internação (5.13.4) e autorização de exames (5.13.5), com prazos ANS e comprovação mensal à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(Artigos 92, XII, e 96 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

10.1. A presente contratação conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei n. 14.133, de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor global estimado da contratação, em uma das seguintes modalidades previstas no artigo 96 da Lei 14.133/2021: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; b) seguro-garantia; ou c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

10.2. A garantia contratual tem por finalidade assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive a quitação de: I - prejuízos e indenizações advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; II - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

10.3. A execução da garantia contratual independe de avaliação da existência de culpa da CONTRATADA.

10.4. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, salvo no caso da opção pela modalidade de seguro-garantia, a qual deverá ser apresentada, no máximo, até a data de assinatura deste contrato.

10.5. A apólice do seguro-garantia deverá ter vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo de vigência do contrato, devendo a CONTRATADA renovar/endossar a apólice à medida que ocorrerem eventuais prorrogações contratuais e demais alterações contratuais.

10.6. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo estabelecido na notificação.

10.11. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

10.13. A não apresentação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

(Lei nº 13.709/2018)

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

11.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais.

11.13. A CONTRATADA deverá manter o sigilo das informações médicas, cadastrais e administrativas dos beneficiários e do CONTRATANTE, mesmo após o encerramento do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização indevida, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 117 da Lei 14.133/2021)

12.1. No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas nos termos abaixo (evento 1500544):

I - GESTOR DO CONTRATO: Titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE (titular); Substituto do Coordenador da COEDE (substituto).

II - FISCAL TÉCNICO: Haysha Laianne Oliveira Raposo (titular); Sônia Ines Caixeta (substituta).
Unidade: SAMES.

III - FISCAL ADMINISTRATIVO: Elisângela Alves Silva Tivanello (titular); Marcela Pinheiro Studart Gonçalves (substituta). Unidade: SAMES.

12.1.1. A designação dos agentes de contratação responsáveis pelo certame consta da Portaria respectiva (evento 1509911).

12.2. A fiscalização técnica e administrativa do contrato deverá ser realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, de acordo com as atribuições estabelecidas no Decreto nº 11.246, de 2022 e no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, devendo ser consideradas as rotinas e obrigações previstas no Termo de Referência e seus anexos.

12.3. As comunicações entre o Tribunal e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim.

12.4. O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6. Atribuições específicas do fiscal técnico, conforme art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

12.6.1. Realizar o recebimento provisório e definitivo e acompanhar a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

12.6.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.6.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato;

12.6.6. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 92, VIII, da Lei 14.133/2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, exercício 2026 e seguintes, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 070024 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO);

II - Fonte de Recurso: 1000000000;

III - Programa de Trabalho: 02301003320040011;

IV - Natureza da Despesa: 339039;

V - Plano Interno: Assistência Médica e Odontológica - AMO; e

VI - Nota de Empenho: 2026NE000 __, de //2026 (evento __), a ser reforçada oportunamente, caso necessário.

13.2. Para o exercício de 2026, considerando a previsão de execução financeira/orçamentária da contratação por aproximadamente 4 (quatro) meses, será observada a programação orçamentária no montante de R\$ 2.131.002,12 (dois milhões, cento e trinta e um mil, dois reais e doze centavos), alocados na ação 2004 (evento 1507651), sendo que o montante de R\$ 1.340.077,50 (um milhão, trezentos e quarenta mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos) será custeado com recursos financeiros da arrecadação de cota-parte dos beneficiários, mediante retenção na folha de pagamento de servidores do TRE-RO, nos termos do art. 14 da Resolução TRE-RO nº 3/2015.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigos 155 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que incorrer em qualquer das hipóteses legais de inexecução, atraso injustificado, fraude, declaração falsa, comportamento inidôneo ou ato lesivo.

14.2. Serão aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da conduta.

14.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano.

14.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.5. Será assegurado contraditório e ampla defesa.

14.6. A multa poderá ser descontada da garantia ou cobrada judicialmente.

14.7. A aplicação das sanções observará os critérios do artigo 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

14.8. Os atos previstos na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente.

14.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada na forma do artigo 160 da Lei nº 14.133/2021.

14.10. O CONTRATANTE poderá reter garantia ou créditos da CONTRATADA para ressarcimento de prejuízos e pagamento de multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

(Artigos 137 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo por qualquer dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3. Poderá haver extinção antecipada sem ônus para o CONTRATANTE nas hipóteses legais.

15.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir a capacidade de concluir o contrato.

15.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo.

15.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate vínculo vedado da CONTRATADA com dirigente ou agente público relacionado à contratação.

15.7. O termo de extinção será precedido, sempre que possível, de balanço dos eventos contratuais, relação de pagamentos e indenizações/multas.

15.8. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

15.9. O CONTRATANTE poderá reter garantia e créditos na forma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

(Artigos 124 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões legais.

16.3. As supressões resultantes de acordo poderão exceder o limite legal.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante termo aditivo, salvo hipóteses de apostilamento.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DOS CASOS OMISSOS

(Lei 14.133/2021)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelo Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA PUBLICAÇÃO

(Artigos 91 e 94, da Lei 14.133/2021)

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DO FORO

(Artigo 92, §1º, da Lei 14.133/2021)

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede na cidade de Porto Velho, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO. Documento datado e assinado eletronicamente.

Desembargador RADUAN MIGUEL FILHO Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
Laurenci Bernardino Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga Testemunha

0002564-16.2025.6.22.8000

1515877v2